

# A natureza do sistema pronominal no PB e no PE: comentário a Torres Morais

Maria Cristina Figueiredo Silva\*



## 1 Introdução

Este artigo é uma versão organizada da discussão que me propus a ensejar no papel de debatedora da mesa da ANPOLL de Niterói, em que o trabalho "Construções de tópico e sistema pronominal na história do português brasileiro", de Maria Aparecida Torres Morais foi apresentado.<sup>1</sup> No entanto, como algum tempo se passou desde então e a autora do texto trabalhou suas idéias em uma direção um pouco diferente, o texto de Torres Morais (neste volume), intitulado "EPP generalizado, sujeito nulo e línguas de configuração discursiva" não é mais o que foi debatido na ocasião. Aqui eu tive que fazer uma escolha e, por razões diversas, optei por apresentar seu texto de Niterói e não fazer quaisquer incursões sobre as suas novas hipóteses. A organização do presente artigo tem, portanto, o seguinte desenho: a próxima seção apresenta a discussão de Niterói, de maneira suficientemente extensa para permitir clareza sobre o ponto fundamental de discussão na seção final, que é essencialmente o ponto que discuti em Niterói. Por uma questão de coerência, tentei não acrescentar aqui também novas preocupações minhas, fruto das leituras diversas que fiz durante o tempo que se passou desde lá...

\* UPSC. Bolsista do CNPq, classe IIC, processo no. 300.737.1994-7

<sup>1</sup> Ali debati também o trabalho de Sônia Cyrino (neste volume), mas aqui me limito a apresentar algumas considerações sobre apenas um dos textos – por questão de espaço e também porque o outro trabalho está já muito bem discutido por quem foi a outra debatedora da mesa, Lúcia Lobato (neste volume).

## 2 A proposta de Torres Morais em Niterói

Localizando-se na perspectiva histórica, Torres Morais investigou fenômenos que claramente separam o português brasileiro (doravante PB) e o português europeu (doravante PE). A escolha neste trabalho recaiu sobre dois pontos: a topicalização e a natureza do sistema pronominal, onde está sua hipótese principal, a de que "as mudanças paramétricas que marcam o PE e o PB decorrem de mudanças lexicais na classe dos pronomes" (p. 3). Para ela, não é apenas a diminuição da frequência de clíticos em posição objeto que mostra a distância entre essas duas variantes; é a falta de correspondência perfeita entre pessoas do pronome e pessoas do verbo no PB, iniciada pela entrada da forma *voce* em substituição a *tu*, que será decisiva para estabelecer a medida da distância, inclusive porque está de alguma forma implicada aí a perda da propriedade *pro-drop* no PB, contra a sua manutenção no PE. Por outro lado, o PB não tem "a propriedade crucial que determina a colocação dos pronomes clíticos no PE, que é a natureza referencial vs. quantificacional do elemento em posição pré-verbal" (p. 3).

O estudo das estruturas de topicalização fornece indícios interessantes destas diferenças, razão pela qual Torres Morais se debruça demoradamente sobre estas construções. O estudo de Duarte (1987) classifica as estruturas de tópico marcado em quatro tipos: (i) Tópico pendente (TP), exemplificado em (1a); (ii) Deslocação à esquerda com tópico pendente (DETP), como vemos em (1b); (iii) Deslocação à esquerda clítica (DEC), como em (1c); e (iv) Topicalização (TOP), mostrada em (1d):

- |     |    |   |        |
|-----|----|---|--------|
| (1) | a. | Bom... praias, adoro a Arrábida.                                    | [TP]   |
|     | b. | A Maria... encontrei ontem um amigo dessa cretina                   | [DETP] |
|     | c. | Ao teu amigo, ainda não lhe pagaram os direitos de autor, pois não? | [DEC]  |
|     | d. | Perfumes, adoro   | [TOP]  |

Cada uma dessas construções tem propriedades peculiares: TP é a construção com mais baixo grau de gramaticalização; nela não há nem categoria vazia no interior da sentença que retome o tópico, nem conformidade de traços gramaticais entre o tópico e a expressão nominal interna à sentença com a qual o tópico se relaciona semanticamente. DETP já é uma construção com algum ligame sintático, pois apresenta conectividade referencial e de traços gramaticais de gênero e número entre o tópico e o elemento interno à sentença (que pode ser um pronome, um clítico ou um epíteto), mas crucialmente aqui falta a concordância de Caso. Por sua

vez, a DEC apresenta identidade referencial, casual e temática entre o tópico (que será sempre um DP definido ou um PP dativo) e o nominal interno ao comentário (que será sempre um clítico). Acrescente-se que esta construção admite tópicos múltiplos, não está restrita a contextos matriz e aceita coocorrência com sintagmas interrogativos, desde que o tópico ocupe uma posição mais alta que o sintagma *qu-* nas sentenças matrizes e mais baixa nas sentenças encaixadas. A ênclise será obrigatória aqui. Finalmente, TOP é uma construção que expressa a articulação tópico-comentário deixando uma lacuna na sentença, que está associada semântica, casual e categorialmente ao tópico – assim, a categoria vazia é interpretada como correferente à expressão topicalizada, que pode ser um DP definido, indefinido, genérico, partitivo ou toda uma gama de PPs. Com respeito às outras propriedades, TOP é fundamentalmente como DEC. Todas estas construções são expressão daquilo que se conhece como tópico marcado, pois o tópico não é o sujeito da sentença; por outro lado, fala-se de tópico não marcado quando temos coincidência entre sujeito e tópico, uma construção que em PE só se revela pela ênclise obrigatória em contextos em que o sujeito é um DP referencial.

A diferença entre estes fatos do PE e os fatos do PB descritos por Pontes (1987) é monumental; em particular, o PB se caracteriza por uma construção que Pontes chamou de "duplo sujeito", isto é, o DP sujeito é retomado na sentença-associada por um pronome correferente, denominado pronome-cópia. A construção é exemplificada em (2) abaixo:

- (2) a. Os livros, eles estão em cima da mesa  
b. Eu acho que esta competência, ela é de natureza mental...

A produtividade desta construção em PB é notável, sobretudo porque ela faz poucas exigências sobre o DP sujeito: ele pode ser específico ou genérico, com referência definida ou arbitrária em todas as pessoas gramaticais. Sem dúvida, esta construção distancia o PB não apenas do PE mas de outras línguas *pro-drop*. Todavia, não é só aqui que se nota a diferença: ao lado da construção em que há o fronteamto dos mais diversos constituintes com omissão sistemática da preposição, o PB tem uma construção de tópicos genitivos feita a partir de verbos inacusativos ou transitivos/inacusativos, também sem preposição:

- (3) a. A belina deita o banco, sabe?  
b. A Sarinha tá nascendo o dente

Em resumo, segundo Torres Morais, "as particularidades nas construções de tópico que o PE e o PB licenciam refletem diferenças de ordem marcadamente gramatical", ou seja, o PB sofreu reanálises que determinam propriedades como: (i) a perda do sujeito nulo referencial (daí as construções com sujeito duplo); (ii) a perda da ênclise com verbo finito (daí a ausência de distinção entre elementos referenciais vs. operadores condicionando a próclise e a ênclise nas construções de fronteamento); (iii) possibilidade de omitir preposições plenas dos PPs topicalizados (contra a impossibilidade em PE, que só admite a omissão de preposições marcadoras de Caso).

Duarte (1997) e outros pesquisadores portugueses têm afirmado que o PE é uma língua orientada para o discurso, posto que codifica noções discursivas já na sintaxe aberta, como a ordem das palavras, por exemplo (cf. o excelente trabalho de Costa, 1998). A definição formal desta propriedade é dada por Duarte (1997:376): o PE é uma língua orientada para o discurso porque "utiliza como traços formais que caracterizam seus núcleos funcionais traços que codificam conceitos relevantes a nível de estrutura discursiva." A maneira de implementar a definição e analisar as construções de tópico do PE varia de autor para autor, mas a intuição básica é sempre esta.

Características similares levaram Pontes (1987) e outros pesquisadores brasileiros a afirmar que o PB é uma língua de tópico. Em particular, Negrão (1999) nota que a recuperação do conteúdo de categorias vazias na posição sujeito não está mais restrita à morfologia verbal; o PB hoje usa outras estratégias como a presença de um antecedente saliente no discurso ou o simples preenchimento da posição por um pronome lexical. Para esta autora, temos aqui um indício de que o PB está se distanciando das línguas voltadas para a sentença e se aproximando das línguas voltadas para o discurso. Torres Morais fecha esta discussão afirmando que "tanto o PB quanto o PE são línguas de configuração discursiva, embora pareçam ter chegado a este estatuto por diferentes caminhos" (p. 14).

O problema que se coloca para Torres Morais agora é como conciliar este mapeamento entre sintaxe e discurso com a teoria Minimalista, já que neste quadro qualquer movimento deve ser motivado pela checagem de traços. A construção de focalização, abordada rapidamente pela autora, parece ser a mais simples de ser trabalhada aqui, já que o elemento fronteado tem características

de operador.<sup>2</sup> No entanto, nas construções DEC e TOP o elemento fronteado tem natureza referencial, de modo que o tópico não pode ser visto como um operador que liga uma variável. O paradoxo é que as construções TOP (diferentemente das construções DEC) apresentam sensibilidade a ilhas, uma propriedade de construções com movimento sintático:

- (4) a. \*Essas cartas, eu conheço o rapaz que escreveu [ ] à Maria  
b. \*Esses convidados, eu saí de casa antes de a Maria receber [ ]

A solução que Torres Morais apresenta vem de Raposo (1996): há, nas construções TOP, um operador nulo anafórico, que liga a categoria vazia na frase associada; esta categoria vazia pode ser caracterizada como uma constante nula e o DP tópico deve ser então gerado na base em TopP. Na DEC também, o tópico é gerado na base em TopP, mas não há movimento sintático de operador nulo, dada a insensibilidade desta construção a ilhas se o tópico é um DP. Caso diverso é o de o tópico ser um PP, que se mostra sensível a ilhas, o que obriga Raposo (1996) a concluir que as construções DEC não são homogêneas em PE.

Uma observação crucial de Raposo é a correlação entre as construções TOP e as de objeto nulo (ON): neste último caso, temos um tópico zero, que é uma entidade saliente no universo discursivo. Dado que ON em PE tem as mesmas propriedades que TOP (sensibilidade a ilhas, por exemplo), é tentadora a unificação: "o léxico do português tem um DP definido nulo semanticamente próximo do definido lexical, mas sem matriz fonética" (p.16). Assim, a teoria universal das construções com tópico nas diferentes línguas deve atentar para o léxico das línguas e não para o sistema computacional núcleo. Dito de outro modo, o que é relevante é a natureza do elemento movido e não a necessidade de licenciar ou identificar a posição associada.

A segunda parte do texto original de Torres Morais versava sobre o sistema pronominal, aparentemente o ponto chave para a explicação das propriedades peculiares do PB frente ao PE. A autora assume que "a perda da propriedade *pro-drop* no PB, resultante do rearranjo do quadro pronominal, resulta em uma perda da riqueza funcional de AGR que deixa de ser interpretado como pronominal" (p. 23). Este rearranjo do sistema pronominal se inicia

<sup>2</sup> Parece não haver diferença significativa entre o PE e o PB – e, de resto, em outras línguas românicas – com respeito à focalização. As propriedades são as mesmas, incluindo a próclise obrigatória em ambas variantes.

com a entrada de *você* em substituição a *tu* e *vocês* em substituição a *vós*, criando a falta de correspondência entre pessoas do pronome e pessoas do verbo em PB, já que *você/vocês* se utiliza da morfologia, dos possessivos e dos pronomes átonos da terceira pessoa. A partir daí, segundo a autora, outras mudanças se configuraram: as funções pessoais dos pronomes se reorganizam também, de modo que qualquer pronome pode expressar a indeterminação em PB, incluindo a ausência do pronome padrão para isso, a forma *se* – ainda que “existam diferentes graus de indeterminação”, como nota a autora (p.25). Adicionalmente, a reanálise da natureza dos pronomes inclui a perda da distinção casual, que se mantém no PE e nas outras línguas românicas, uma característica crucial do novo sistema do PB.

A autora avança uma análise para a forma *ele*, que segundo ela é um dos pontos mais reveladores de toda a mudança. As propriedades deste pronome em PB são únicas: (i) *ele* parece não poder ser interpretado como variável ligada, como vemos em (5a) (ver, entretanto, os artigos de Ana Muller e Sergio Menuzzi neste volume); (ii) *ele* só retoma tópicos que têm traços de referencialidade, como em (5b), uma observação que vale também para anti-tópico, construções exemplificadas em (5c); e (iii) *ele* está em alternância com os clíticos *o*, *a* e com o pronome nulo, sobretudo quando o traço do elemento a ser pronominalizado é [-animado], um fato mostrado em (5d):

- (5) a. \*Ninguém, acha que ele, vai ganhar a corrida  
b. Os meninos/\* Uns meninos, eles saíram  
c. Ele mora aqui, o menino/\*um menino  
d. Eu o vi na TV/ Eu vi ele na TV/ Eu vi [ ] na TV

Uma análise adequada para estes fatos, segundo Torres Morais, pode ser construída sobre a idéia de Raposo (1998b) segundo a qual os pronomes são determinantes, isto é, DPs que tem D como núcleo. E ainda que Caso seja um traço [-intrínseco] em Ds e Ns, a autora admite que certos pronomes são marcados intrinsecamente com Caso. *Ele* é um determinante complexo, isto é, “é um D intransitivo que satisfaz seu traço seletional via um traço [+N] em sua matriz gramatical e só pode ser usado em sua função pronominal” (p.28). Em PE, *ele* tem o traço intrínseco de Caso nominativo, mas em PB *ele* perdeu este traço, o que coloca este pronome em competição direta com a forma *o*. Assim, o pronome acusativo teria as mesmas propriedades em PE e em PB; é o pronome *ele* que teria mudado, de tal modo que agora o traço de Caso é inserido quando o item entra na numeração.

Observe-se finalmente que se deve dizer ainda uma palavra sobre o fato de *ele* não ser semanticamente restrito em PB à expressão de [+humano]. Aqui, deve-se dizer que o traço nominal também mudou, tornando-se não especificado para o traço [+/-humano], exatamente como *pro* em PE.

### 3 Um ponto em discussão

Há uma afirmação que tem me chamado muito a atenção na literatura recente sobre o PE e o PB e que estava presente no texto de Torres Morais apresentado em Niterói: é a afirmação de que ambas as variantes são línguas “de configuração discursiva, embora pareçam ter chegado a este estatuto por diferentes caminhos”, no dizer de Torres Morais. Quem primeiro faz essa afirmação para o PE é Duarte (1987), querendo com ela dizer que o PE utiliza recursos sintáticos, como a ordem das palavras, para codificar informações discursivas. Assim, esta é uma língua orientada para o discurso porque codifica conceitos relevantes para a estrutura discursiva (como tópico e foco) como “traços formais que caracterizam os seus núcleos funcionais”, segundo Duarte (1987:376). Por outro lado, basicamente a mesma afirmação é feita para o PB por Pontes (1987) e Negrão (1999), mas definida aqui diferentemente: o PB é uma língua voltada para o discurso porque organiza as suas sentenças não em termos de sujeito e predicado, mas em termos de tópico e comentário; trata-se portanto de uma língua que codifica já na sintaxe visível noções discursivas como tópico e foco, estabelecendo a relação predicativa básica não entre o sujeito e o predicado dentro do IP mas entre o IP e um constituinte anteposto (tópico, foco ou expressões quantificadas) no sistema CP. Se estivéssemos frente ao mesmo fenômeno, PE e PB seriam idênticos com respeito a esta propriedade e não seria possível correlacionar língua de tópico e sistema pronominal, como quer fazer Torres Morais. Neste caso, a propriedade “orientada para o discurso” não seria capaz de caracterizar nem mesmo intuitivamente a diferença que se observa entre línguas que apresentam um uso bastante diferenciado de recursos sintáticos como os pronomes.

Mas alguns indícios nos levam a crer que, mesmo que ambas as variantes se utilizem de construções de tópico, e mesmo que elas sejam aparentemente idênticas, estamos na verdade frente a fenômenos diversos, o que faz pensar que talvez “codificar noções dis-

<sup>5</sup> Afirma-se também que o PB é uma língua de tópico e não é claro se isto significa ou não o mesmo que ser uma língua voltada para o discurso.

cursivas por meio de estruturas sintáticas de um certo tipo" não seja uma característica suficientemente precisa para separar as línguas em grupos distintos. Reexaminemos rapidamente o conjunto de dados que Torres Morais apresentou. Um quadro pode resumir com precisão o que pretendo mostrar:

| (6) |          | Português Europeu | Português Brasileiro |
|-----|----------|-------------------|----------------------|
| a.  | TP obj   | ok                | ok                   |
| b.  | TP suj   | ok                | ok                   |
| c.  | DETP obj | ok                | ok                   |
| d.  | DETP suj | *                 | ok                   |
| e.  | DEC obj  | ok                | *                    |
| f.  | DEC suj  | *                 | *                    |
| g.  | TOP obj  | ok                | ok                   |
| h.  | TOP suj  | ok                | *                    |

Dois fatos me parecem ancorar a observação feita acima: o primeiro é que a retomada pronominal nas construções de topicalização é fundamentalmente diferente nestas duas variantes, estejamos falando de sujeitos ou objetos – o contraste em (6d) mostra a impossibilidade de retomada pronominal do sujeito em PE contra a sua possibilidade (e produtividade) em PB, a dita construção com sujeito duplo; por outro lado (6e) mostra a inexistência de clíticos objeto no PB vs. a sua produtividade no PE. O segundo fato notável é mais sutil: sabe-se que em ambas variantes é possível a topicalização do objeto, como mostra (6g). No entanto, as propriedades dessa construção são distintas quando são fronteados DPs: apenas o PE parece lidar com uma construção de movimento sintático, já que o PB se mostra insensível a ilhas – a sentença (4a), por exemplo, é perfeita em PB.

Se estas observações são pertinentes, a propriedade de codificar as relações discursivas por meio de configurações sintáticas que colocam em jogo a periferia esquerda das sentenças não é decisiva até que examinemos com vagar como se estabelece a relação sintática entre o que está na periferia esquerda e o que está dentro da frase. Parece inegável que a estrutura do sistema pronominal tem aqui papel decisivo – e assim, parece que a intuição por trás da análise de Torres Morais é perfeita: a mudança no sistema pronominal é o que deve responder pelas diferenças entre o PE e o PB.

Assim, minha sugestão é a de que ser ou não uma língua de configuração discursiva, para qualquer definição deste termo, é irrelevante para o caso da diferença entre PB e PE.

## Referências

- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge (EUA): MIT Press.
- COSTA, J. (1998) *Word Order Variation: a constraint-based approach*. Haia: Holland Academic Graphics.
- DUARTE, M. I. (1987) *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições de movimento*. Tese de doutorado, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, Lisboa.
- . (1997) A topicalização no português europeu: uma análise comparativa. Em M. I. Duarte, & I. Leiria, eds., *Anais do Congresso internacional sobre o português*, 327-360. Lisboa: APL/Colibri, Lisboa.
- NEGRÃO, E. V. (1999) *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Tese de livre docência, USP, São Paulo.
- PONTES, E. (1987) *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- RAPOSO, E. (1996) *Towards a unification of topic constructions*. Ms., University of California at Santa Barbara, Santa Barbara.
- . (1998) Some observations on the pronominal system of portuguese. *Catalan Working Papers in Linguistics* 6, 59-93.